

“

O ensino como fator de desenvolvimento regional: uma análise empírica

▮ Edna Lucia **Gelmini**
UFMG

▮ Helder dos Anjos **Augusto**
UFMG

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir o papel do ensino promovido pelo Instituto de Ciências Agrárias da UFMG (ICA/UFMG) no desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, fundamentando como importante pressuposto a política de interiorização da UFMG e sua relação na geração do capital humano, social e cultural. Na metodologia foi utilizada o Survey, incluindo pesquisa documental, entrevistas e visitas de campo. Os resultados indicam um ensino voltado para uma formação qualificada dos estudantes, como sujeitos críticos e participativos e estes, em sua maioria, são oriundos da região Norte de Minas Gerais. A atuação do ICA em vários campos de interações e sua relação com os segmentos sociais tem dinamizado transformações qualitativas nos povos residentes na região. Entretanto, ainda, se fazem necessários: estreitamento com o setor produtivo, principalmente empresas de grande porte, monitoramento das evasões e acompanhamento dos egressos.

Palavras-chave: Ensino, Desenvolvimento, Administração Pública, ICA/UFMG.

INTRODUÇÃO

Quando fazemos referência ao ensino em uma unidade acadêmica de uma Universidade não podemos desvincular desse conceito, principalmente de uma Universidade pública moderna, o cenário do Sistema de Ensino Superior e de Ciência, Tecnologia e Inovação ao qual ele está vinculado, além de relacioná-lo, enquanto função clássica, com a pesquisa e a extensão.

Pensar ensino numa Universidade requer refletir sobre a participação da sociedade a qual está inserida, pois é ela que provê a instituição de recursos e condições que irão influir no desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e econômico do país.

A universidade ainda é um dos poucos espaços em que se concebe o estímulo à críticas ao pensar, ao dialogar, ao refletir sem que haja barreiras de ordem política e/ou religiosa, podendo assim contribuir com a formação do indivíduo e do coletivo, pautado na realidade que se apresenta. A autonomia da universidade pública, em relação a sua função de produzir e transmitir conhecimento, não deve ser filtrado por artifícios que discriminem qualquer instância da sociedade. É esta autonomia que garante conhecimento, reflexão, debate, inovação, isto é democratização.

Fagundes (1986) ao investigar a relação entre a Universidade e o compromisso social, por meio de suas três funções clássicas, relata, especificamente, quanto ao ensino, que esta é a mais tradicional das funções que se vincula ao compromisso social, contudo atende somente a determinada parcela da sociedade. Para efeito de ilustração, Fagundes (1986), consubstanciado em Carrier (1972), admite que, na Idade Média, a universidade serviu à igreja, na formação do clero. De acordo com Fagundes (1986), a universidade sempre atendeu à elite.

Em conformidade com esse autor há uma aparente divisão do ensino: um ensino voltado para a formação de um ser social, integrado a uma realidade mais ampla e reflexiva em relação à sociedade, e um ensino como fator de status na sociedade, assumindo uma forma de poder profissional dentro de uma hierarquia social.

Contudo ¹Queiroz (1982), citado por Fagundes (1986), afirma:

“[...] a profissionalização, sem a indispensável formação cultural ampla, constitui um bloqueio na aquisição e no desenvolvimento do saber”.

Assim, na visão desse autor, “a formação cultural e a formação profissional” (Fagundes, 1986, p.23), não podem ser conflitantes, elas não devem ser separadas, ao contrário, devem configurar com um todo. São complementares e inclusivas, capazes de preparar o indivíduo para a reflexão, geração de conhecimentos, preparo em futuras práticas profissionais e desenvolvimento de pesquisas e tecnologias.

1 QUEIROZ, M.I.P. A Universidade em face das Expetativas Sociais. Ciência e Cultura. São Paulo, 34(5):612, maio 1982

Botomé (1996, p.108) concebe ensino como o lugar “[...] onde as pessoas aprendem a transformar conhecimento e informação em conhecimentos [...]”. Dessa forma, é, por meio do ensino, que as pessoas podem aprender a usar o conhecimento. Esse conhecimento permite ao indivíduo atuar na sociedade na qual está inserido, de forma específica conforme a realidade social demanda.

Para esse autor, a denominação ensino superior não deve se confundida com a ideia de ensino de graduação. Entender o ensino superior apenas como ensino de graduação reduz a abrangência social da Universidade. Nesse sentido, ensino, sendo uma das funções clássicas das universidades, é muito mais que a oferta de apenas um diploma universitário de um curso de graduação. Cursos esses, muitas vezes “[...] superados ou alienados da realidade [...]” (Botomé, 1996, p.109). É preciso considerar que há tipos de ensino, demandados em vários segmentos sociais, que só podem ser oferecidos pelas universidades (Botomé, 1996). É uma limitação o conceito de ensino de graduação, que se preocupa mais em memorizar conhecimentos do que estudar e problematizar contextos sociais para um efetivo aprendizado (Botomé, 1996).

Behrens (1999a) admite que o:

“ensino nas instituições de educação superior tem se apresentado por uma prática pedagógica, em muitos casos, conservadora e tradicional” (Behrens, 1999a, p. 384).

Essa autora explica que o chamado “paradigma newtoniano-cartesiano” é baseado em um pensamento onde o todo é fragmentado. Sob esse aspecto este conceito repercute nas escolas onde o conhecimento é repartido em áreas, “[...] as áreas em cursos, os cursos em disciplinas, as disciplinas em especificidades” (Behrens, 1999a, p.384).

Essa prática do ensino levou os docentes a se isolarem. Além disso, influenciou, também, o método de transmissão do conhecimento que acaba sendo uma ação mecanizada, com alunos ouvindo, lendo, decorando e repetindo esse conhecimento de forma pragmática. Isso se aplica na função ensino nas universidades. Na visão da autora o processo de aprendizagem, envolve dois sujeitos, o docente e o discente. O discente, neste modelo tradicional e conservador, acaba sendo apenas objeto do processo de aprendizagem. Para Behrens e José (2001b, p.2):

“[...] cabe à escola, em especial, às universidades, a responsabilidade social de oportunizar ações e intervenções que levem a comunidade acadêmica a refletir, analisar e buscar construir projetos pedagógicos que venham a atender à formação do homem com uma visão de mundo mais igualitária, mais justa e mais solidária” (Behrens e José, 2001b, p.2).

Desta forma, o ensino precisa ser pensado em propostas que possibilitem a interação docente e estudante como formação de um aprendizado que aceite e reconheça diferentes possibilidades, posições e pensamentos na construção e difusão do conhecimento.

Uma das formas de se perceber a relevância das universidades para o fortalecimento de uma sociedade diz respeito ao papel que as mesmas cumprem no desenvolvimento de um país ou região. Pode-se afirmar que o conhecimento científico é importante, porque contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e está orientado por uma intenção de compreender o mundo e transformá-lo. Entretanto, apesar dessa vocação interdisciplinar há limites que interferem no processo de articulação de diferentes saberes nas relações entre universidade e sociedade. Limites epistemológicos, metodológicos, institucionais e instrumentais, os quais são influenciados por características históricas, políticas, sociais e culturais do conjunto da sociedade brasileira, que se produzem e reproduzem no dia-a-dia das relações. Para melhor compreender esse cenário faz-se a seguinte indagação: o ensino no Instituto de Ciências Agrárias da UFMG está de fato contribuindo para o desenvolvimento da região Norte de Minas?

Para responder a essa pergunta, procurou-se observar em ações, experiências, entrevistas, visitas de campo a relação entre o Instituto e a região Norte de Minas Gerais.

Contextualizando o ICA

Trata-se de unidade acadêmica, inserida dentro de uma Universidade, com vocação em estudos voltados para a produção vegetal e animal, na esfera pública federal, que além das especificidades de unidades de produção agropecuária, convencionais ou alternativos, necessita alcançar sua missão e se estruturar dentro dos parâmetros da administração pública. Para tanto obedece às premissas de gestão pública, inerentes à sua institucionalidade, que implicam em seguir legislação, normas e procedimentos no desempenho de suas atividades rotineiras, bem como transparência das suas ações, possibilitando o acompanhamento da sociedade, como previsto em lei. Essas atividades influenciam, diretamente, a formação acadêmica dos estudantes, a contratação dos servidores técnicos administrativos e docentes, a qualificação e capacitação desses servidores, a sustentabilidade da produção vegetal e animal, a produção técnico-científica da universidade e a irradiação/socialização do conhecimento para além das fronteiras do campus.

Nesse contexto há uma relação institucionalizada entre a Universidade/Estado e sua inserção na administração pública. O Estado pode ser entendido como pessoa jurídica representativo de uma coletividade que tem como objetivo estabelecer regras, modos de conduta e normas que favoreçam uma ordem que atenda aos interesses dessa coletividade a qual representa. Chauí (2000, p.14) afirma que a coletividade é o próprio Estado:

“A sociedade civil é o Estado propriamente dito. Trata-se da sociedade vivendo sob o direito civil, isto é, sob as leis promulgadas e aplicadas pelo soberano”.

Este ente, entidade jurídica, soberana, assume, então, a função de instituir um estado de direito e exercer o papel de regulador de ações voltadas aos interesses da comunidade de cidadãos, da coletividade.

O Estado, no sentido administrativo, para desempenhar tais funções utiliza como ferramenta a administração pública, que é um instrumento de gestão administrativa. A Administração pública decorre necessariamente do poder exercido pelo Estado e é uma atividade desenvolvida pelo mesmo e utilizada pelos órgãos que o compõem com o objetivo de atender às necessidades dos vários segmentos sociais (Garrido, 2011).

A UFMG, de acordo com o site da Pró-Reitoria de Planejamento, é uma autarquia de regime especial

“vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica própria e autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo como objetivos fundamentais o ensino, a pesquisa e a extensão” (www.ufmg.br).

Nesse sentido, entende-se que a autonomia é uma condição para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão aconteçam. Porém, a atuação autônoma das instituições se faz perante um Estado que lhes outorga a própria autonomia. Percebe-se que o Estado, no caso brasileiro, atua, expressivamente, no campo da educação superior: planeja, define políticas e as executa; legisla; regulamenta; financia e subvenciona o ensino e a pesquisa; mantém universidades e instituições públicas de ensino superior; autoriza, reconhece, credencia, recredencia, supervisiona e avalia cursos, alunos e instituições por todo o País; promove uma interferência na organização de ensino; entre outras atividades. Todas essas ações estão regulamentadas pela atual lei de diretrizes e bases (Lei n. 9.394/96, de 20/12/96, a chamada “Lei Darcy Ribeiro”).

Nos anos 2000, constata-se, conforme a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que trata da aprovação do “Plano Nacional de Educação e dá outras providências”, algumas transformações na área da educação, principalmente em relação a política do governo federal, que tinha grande preocupação com o social, indicando um investimento maior em áreas importantes, como a educação. Esse plano propunha a implantação de ações em prol do ensino superior federal, como aumento de vagas nas universidades federais; criação de novas universidades federais, com o objetivo de interiorizar o ensino superior e promover a redução das desigualdades regionais (Oliveira, 2005)

Nesse contexto, enquadra-se o caso da transformação do Núcleo de Ciências Agrárias em Instituto de Ciências Agrárias, que teve como objetivo justamente essa interiorização do

ensino superior. A instituição, pelo governo, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que é uma política pública, favoreceu o alcance desse objetivo. (ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS 2003 A 2012, 2012,p. 9-10).

Conforme consta em documento produzido pelo MEC, houve continuidade na política de “[...] *expansão e interiorização das universidades federais* [...]” (Brasil, 2014, p.12), onde se pode constatar a importância que a Universidade tem como protagonista do desenvolvimento regional, contribuindo para a redução das desigualdades (Brasil, 2014). Isso implicou numa política educacional com novos contornos.

Por outro lado, voltando à questão da autonomia universitária, percebe-se, no que se refere à autonomia administrativa e financeira, a Universidade é regulamentada pelo Estado. Assim, a educação superior nas universidades públicas está sendo promovida pelo Estado. Isso ainda constitui um entrave para a gestão das universidades, visto que o seu orçamento está amarrado a procedimentos legais-burocráticos que acabam se tornando fatores limitadores das opções alocativas, assumindo características inflexíveis e restritas, tornando as ações gerenciais mais morosas e nem sempre eficazes (Durham, 2005).

A origem do Instituto se inicia justamente com a intervenção da Universidade Federal de Minas Gerais, promovida pelo Estado, que incorpora o Colégio Agrícola “Antônio Versiani Athayde”, em 1968, por meio do Decreto nº 63.416, de 11/10/68.

No ano de 1975 institui-se o Núcleo de Tecnologia em Ciências Agrárias pela UFMG é instituído, por meio da Portaria nº 768, de 18/09/75, e em 1976, o Conselho Universitário da UFMG aprova a Resolução nº 03/76, que institui o Campus Regional de Montes Claros. A seguir, em abril de 1987, o Núcleo de Tecnologia em Ciências Agrárias passa a ser denominado Núcleo de Ciências Agrárias (NCA). Nesse mesmo ano, o NCA é incluído no Estatuto da UFMG pela Resolução nº 21-A, de 17/12/87, passando a ser uma Unidade Especial vinculada à Reitoria, órgão da Administração Central da UFMG.

Em 2007, o governo federal lança o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), tendo como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública. As medidas adotadas pelo governo federal visavam retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a sua expansão física, acadêmica e pedagógica. Pode-se perceber que as ações do programa promoveram o aumento de vagas nos cursos de graduação; a ampliação da oferta de cursos noturnos; a promoção de inovações pedagógicas; novas medidas de gestão pedagógico-administrativas, como a contratação de professores e técnico- administrativos, bem como o envolvimento dos estudantes de pós-graduação, *stricto sensu*, em atividades docentes na graduação, mediante o

recebimento de bolsas, conforme previsto pelo programa; combate à evasão; entre outras metas que tiveram o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. A UFMG, como uma das 54 instituições a aderir ao Reuni, apresentou a sua proposta de adesão e se organizou para preparar seus docentes, bem como mestrandos e doutorandos para auxiliar nas atividades de ensino da graduação e compor as equipes didáticas. O Instituto foi uma das unidades contempladas por essa nova realidade.

Em Resolução complementar número 02/2008, de 15/05/08, o Conselho Universitário da UFMG elenca as Unidades Acadêmicas da Universidade, entre elas, no item XX, consta o Instituto de Ciências Agrárias. A seguir, por meio da Portaria número 02/2008, de 21/05/08, ratifica a transformação do Núcleo de ciências Agrárias, Unidade Especial da UFMG localizada no Campus Regional de Montes Claros para Unidade Acadêmica da UFMG, adquirindo a denominação de Instituto de Ciências Agrárias.

Desta forma, o Núcleo de Ciências Agrárias, em 2008, recebe o *status* de unidade acadêmica com

“foco nas peculiaridades, vocações e necessidades do semiárido norte-mineiro é o principal direcionamento de todo o trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido no ICA” (https://www.ica.ufmg.br/?page_id=6).

Em 2009, o ICA, por meio do Reuni, foi uma das unidades acadêmicas da UFMG contempladas com a criação de novos cursos. Assim, o ICA, que já oferecia os cursos de graduação em Agronomia e Zootecnia, passou a ofertar os cursos de Graduação em Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Administração.

Essa política de expansão do ensino superior do governo federal veio ao encontro da política de interiorização da UFMG, que propiciou a ampliação e o fortalecimento do Campus de Montes Claros. Tais políticas tiveram como propósito o desenvolvimento da região por meio de um ensino com qualidade, do incentivo à pesquisa e o estímulo às ações de extensão como um caminho para interação permanente com a comunidade. Para isso acontecer, foi preciso grandes investimentos e, principalmente, uma capacidade de promover essas mudanças de forma coordenada, planejada e em ritmo acelerado.

Importante compreender que o conceito de desenvolvimento não envolve somente questões econômicas, mas engloba os aspectos sociais, culturais e ambientais. O termo “desenvolvimento” já traz em si vários sentidos na sua própria formação. Sob várias concepções há diversos conceitos construídos sobre o tema que visam uma definição conceitual teórica do que são considerados critérios necessários para a existência do chamado desenvolvimento.

Numa breve revisão desses conceitos, na visão dos autores, percebe-se que são várias as posições teóricas. Algumas dialogam entre si, outras apresentam discordâncias. Inclusive

a construção do próprio conceito de desenvolvimento é complexo, visto que ao longo do tempo a base conceitual se revestiu de vários aspectos na tentativa de afirmá-lo como gerador de qualidade de vida, bem estar social, inferindo primordialmente que o crescimento econômico é inerente ao desenvolvimento, mesmo que agregado a considerações mais amplas e socialmente mais adequadas à aplicação das políticas públicas governamentais, bem como aos interesses das forças capitalistas.

Furtado (1992) relata o clássico perfil do desenvolvimento, em que o capitalismo é visto como um processo de propagação do progresso técnico comandado pelas economias criadoras de novas técnicas. Em sua teoria do subdesenvolvimento, Furtado (1992) se preocupa com o caso especial de processos sociais em que o aumento da produtividade e a assimilação de novas técnicas não conduzem a homogeneização social, mesmo que ocorra certa elevação de vida média da população. Para este autor a ênfase está no processo social e cultural, a questão econômica é secundária.

Romeiro (2012); Cavalcanti (2012); Nascimento (2012) e a Organização das Nações Unidas (2012) abordam o desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista ecológico e econômico. Esses autores enfatizam a necessidade de pensar nos recursos naturais, que são esgotáveis, discutem a sustentabilidade da perspectiva ambiental, social, política e econômica, defendendo, principalmente que o crescimento econômico é somente parte do desenvolvimento e que o capital social da região é um diferencial nesse processo.

Ao final da década de 90, estudos acerca de desenvolvimento endógeno viabilizaram o surgimento de territórios cujas condições para o desenvolvimento foram estabelecidas pela existência de um elevado capital social. O estabelecimento do grau de elevação deste capital social é que explicaria o porquê das mesmas políticas públicas terem diferentes resultados em territórios distintos, isto porque, o desenvolvimento depende das especificidades de cada comunidade em que serão implementadas.

Para Abromovay (2000) a noção de capital social permite ver que os indivíduos não atuam independentemente, que os seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e o seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Nesse sentido, as estruturas sociais devem ser consideradas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. Ortega (2008) define o capital social como fonte de desenvolvimento, de suplantação da pobreza e de possibilidade de acordos territoriais (sociedade local e suas representações). O grande desafio das políticas de desenvolvimento territorial rural dos países latino-americanos, em tempos de globalização, é o de promover a inserção sócio espacial dos territórios deprimidos nas relações mundiais, já que a proposta da globalização é a abertura de mercados para diversas transações.

Nessa linha, pode-se refletir sobre os atores envolvidos com o Instituto de Ciências Agrárias da UFMG e seu território de atuação. Este território mais que um recorte geográfico é onde se constroem os laços, os elos entre os diversos atores e que dão o sentido de pertencimento àquele lugar, seja pessoas, empresas, instituições e outros e, ao mesmo tempo, sendo do lugar, do território mantêm um sistema de interações com o lá fora. Todas essas formas de relações, interrelações, conexões internas e externas se constroem e reconstróem continuamente formando aquele território específico, com suas marcas e suas dinâmicas próprias e que podem promover competências inovativas e eficiência organizativas para o desenvolvimento do território.

Entretanto, mesmo considerando as possibilidades sociais do dinamismo territorial, reconhece-se a necessidade do fator econômico para o desenvolvimento. Nesse aspecto é que instituições inovadoras, que geram e compartilham conhecimento trazem novas oportunidades, contribuindo para a melhoria e transformação desses espaços. Esse é um papel que as universidades podem e devem exercer ao ofertar um serviço, um bem público, financiado pelo Estado, formando pessoas e ambientes de troca de saberes, de cooperação, de arranjos sócio-produtivos construídos pelo capital social do território.

Os diferentes modelos de desenvolvimento regional podem apresentar diferentes facetas do papel que é desempenhado pelas universidades nas regiões onde elas se inserem. Castells e Hall (1994) apontam que as universidades desempenham um papel crítico na geração e contribuição na difusão do conhecimento. Os autores apontam, ainda, que os modelos sugerem que as universidades podem criar as condições necessárias para a transferência tecnológica, seja pela provisão de uma força de trabalho adequada, geração das bases científicas e das atividades de pesquisa e desenvolvimento necessárias, como também pela adaptação das inovações produzidas noutros contextos ao caso específico de cada região e de conhecimento.

Nesta perspectiva, o ICA/UFMG procura atuar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, de forma a fortalecer as relações sociais, a constituir novas e melhores realidades, contribuindo com redução das desigualdades e promovendo o desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Dada a característica do objetivo deste artigo, a abordagem qualitativa pareceu a mais pertinente para apreender, por meio das percepções dos indivíduos. Contudo, o estudo utilizou a análise de dados estatísticos oriundos de documentos coletados nos diversos setores acadêmicos da UFMG.

Esta pesquisa se configura como um levantamento de dados (Survey). Babbie (1999), que nos apresenta o Survey como método de pesquisa em ciências, acrescenta que este é

lógico, determinístico, geral, parcimonioso e específico. Lógico, porque permite em muitos casos verificar e testar proposições complexas; determinístico, pois permite explicar uma relação de causa e efeito; geral, onde amostras são selecionadas para entender a população geral, e não a amostra em si; parcimonioso, pois possui um número enorme de variáveis que podem ser processadas e selecionadas de acordo com propósito da pesquisa; específica, porque a análise de Survey descreve como é desenvolvida e medida a pesquisa e nem sempre agrada ao leitor, o que muitas vezes é motivo de crítica, ou seja, os números falam por si, e nem sempre agradam.

Por se tratar de um estudo social baseado em observações, experiências, publicações administrativas e acadêmicas, banco de dados, opiniões e entrevistas, buscou-se, no Survey, a fundamentação metodológica, pois, como explica Babbie (1999, p.95): *“Há provavelmente tantas razões diferentes para se fazer surveys quanto há surveys”*, ou seja, o método contempla a diversos propósitos tanto quanto são possíveis os interesses a serem contemplados.

De acordo com Babbie (1999), as unidades de análise do survey são quase todo o mundo. Unidades de análises podem ser pessoas, famílias, estados, empresas, cidades, e outras. Sendo assim, entende-se que uma das unidades de análise é o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, enquanto instituição, podendo ser ainda, tanto interna como externamente, também unidades de análise: egressos, parceiros, discentes, docentes, coordenadores de cursos, e a própria sociedade.

Ao desenhar a estrutura dos procedimentos para coleta de dados, a pesquisadora recorreu a Gil (1999), que classifica os procedimentos da coleta de dados em dois grupos: no primeiro grupo, estão os dados obtidos por meio de “papel” e por meio das pessoas, onde se considera a *“[...] pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental”*; o segundo grupo consiste na *“pesquisa experimental, a pesquisa ex-post-facto, o levantamento, o estudo de campo [...]”* (Gil, 1999, p.50).

No primeiro grupo foi realizada pesquisa bibliográfica, com levantamento, seleção e fichamento de informações relacionadas à pesquisa de livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, teses, dissertações, anais em meio impresso, internet, vídeo e outros materiais disponíveis no banco de dados do CNPQ, do Sistema de Bibliotecas da UFMG e de outras instituições de ensino superior.

Para a pesquisa documental, realizou-se uma análise de documentos disponíveis nos arquivos da direção do ICA e na administração da UFMG: relatórios de gestão (ICA, UFMG e Pró-Reitorias), financeiro-orçamentários, de ensino disponíveis na UFMG, da graduação; planilhas com dados dos estudantes do ICA (ingressantes, concluintes, origem dos estudantes) fornecidos pelo DRCA/UFMG, reportagens do Boletim da UFMG e de site institucional.

No segundo grupo, realizou-se a pesquisa experimental (amostras). Para a pesquisa experimental foi feito um levantamento de campo de natureza qualitativa, com a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, utilizando-se, para isto, visita de campo e, como instrumento de pesquisa qualitativa a entrevista estruturada. Conforme Babbie (1999) um problema de pesquisa pode envolver fatos que atinjam a mais de uma população. Assim procurando analisar uma determinada realidade e sua relação histórica com as diversas populações (unidades de análise), utilizou-se o questionário para a entrevista com coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação tendo em vista a disponibilidade para responder e a localização desses atores. No caso dos egressos e sociedade foram utilizados questionários enviados por meio eletrônico, por estarem em seus locais de trabalho e/ou estudo, além de alguns se encontrarem fora do país.

O questionário foi enviado para quinze egressos e somente cinco egressos responderam. Trata-se de uma limitação da pesquisa. A universidade não faz monitoramento dos egressos. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas de forma aleatória, por indicação de alguns docentes do ICA/UFMG.

Com relação aos parceiros, o Instituto possui várias parcerias, identificadas na pesquisa documental, principalmente vários projetos de ensino com outras instituições. Desses parceiros, responderam à entrevista estruturada: Codevasf, MST, Idene, Icava, num total de quatro parceiros.

No caso dos recebedores do ensino por meio da extensão, foram realizadas quatro entrevistas, em vista de campo, com agricultores familiares que estavam participando de ações de extensão do ICA/UFMG.

Utilizou-se como outro instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada para alguns atores do Instituto de Ciências Agrárias. A entrevista semiestruturada permite um esforço do entrevistador de se colocar na situação do outro, além de oferecer:

“[...] todas as perspectivas possíveis para que as informações alcancem a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação” (Triviños, 1987, p.146).

Foram solicitadas entrevistas semiestruturadas com os gestores administrativos da UFMG e do ICA, coordenadores de curso de graduação e pós-graduação, coordenadores de projetos, servidores docentes e técnico-administrativos. Nesse sentido, seis entrevistas com coordenadores de curso (quatro da graduação e dois da pós-graduação); entrevista com gestores da UFMG (Pró-Reitora de pós-graduação); quatro coordenadores de projetos, três docentes pesquisadores, seis servidores técnicos, num total de 19 atores da UFMG.

Para a análise das entrevistas e análise documental, foi utilizada a aplicação da técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (1974), é uma técnica de análise tem

como propósito dar forma conveniente e representar de outro modo à informação, ou seja, compreender a informação, mas, também, estar atento a outras significações, outro sentido que ela pode estar transmitindo.

Além das entrevistas foram realizadas visitas técnicas nas áreas de atuação do ICA: Fazenda Experimental, propriedades dos agricultores familiares e de fazendeiros e os assentamentos da região, quando foi possível verificar quais projetos são realizados, onde, quais operações e o impacto disso no território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pós-graduação da UFMG se destaca entre as melhores do país e, de acordo com dados obtidos nas entrevistas, a universidade possui uma enorme responsabilidade em oferecer bons cursos, com programas realmente alinhados:

“[...] a UFMG tem um status de trajetória de pós-graduação. [...] nós temos uma responsabilidade de criticar antes, as nossas. [...] Manter a credibilidade, isso dá um respaldo muito importante” (ENTREVISTA Nº 1).

A ENTREVISTADA acredita que, nesse momento, é preciso consolidar o que já foi implantado, no sentido de fortalecer seus programas, inclusive de pós-graduação.

Analisando as informações dos entrevistados é possível compreender a relevância do Instituto para a região Norte de Minas Gerais e como o programa REUNI foi um fator decisivo e singular para a expansão do ICA. O Reuni no ICA, ainda que tenha sido centrado na expansão dos cursos de graduação, teve o crescimento da pós-graduação como consequência natural. Na visão da ENTREVISTA Nº 1 a expansão ocorreu com qualidade, pois abriu-se possibilidade de contratação de docentes qualificados de todo o país, os quais trazem uma perspectiva de melhorias no ensino.

Análise dos cursos de pós-graduação - 2008 a 2017

O ICA/UFMG oferece à sociedade, por meio da pós-graduação, um curso em nível de Doutorado (*stricto sensu*), três cursos em nível de Mestrado (*stricto sensu*) e dois cursos de Especialização (*lato sensu*).

O curso Doutorado em Produção Vegetal do ICA/UFMG foi criado em 2016, e tem a duração máxima de quatro anos. Dentre suas atribuições está a formação de recursos humanos com capacidade para desenvolver pesquisas, tecnologias e inovações, voltadas ao cultivo de vegetais e com sólida compreensão dos fatores e processos que ocorrem

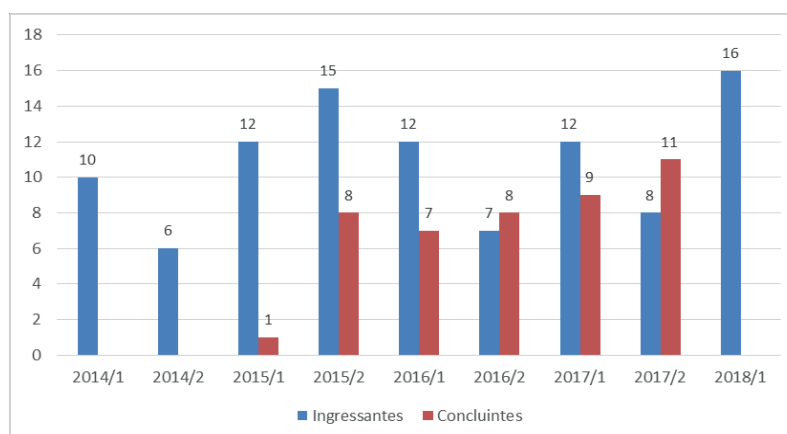
na interface solo-planta. São ofertadas duas linhas de pesquisa: “Ciência e Tecnologia do Cultivo de Plantas” e “Ciência e Tecnologia de Recursos Ambientais e Interação de Plantas”.

No ano período estudado entraram um total de 33 estudantes. No ano de fundação, 2016, entraram no curso 13 estudantes; 15 em 2017 e cinco no ano de 2018. É possível observar que, em 2018, houve uma queda atípica na entrada de novos alunos no doutorado. Os primeiros concluintes estão previstos para o ano de 2019.

O curso Mestrado em Produção Animal teve início no primeiro semestre de 2014 e tem como objetivo qualificar e preparar profissionais, com o propósito de desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, com enfoque especial na produção animal e na qualidade de alimentos na região semiárida do Brasil.

Nesta pesquisa, pode-se observar que o curso teve um total de 63 no ingressantes no período estudado. Assim, apesar da proposta de vagas para o curso ser de 24 estudantes por ano, observa-se que as vagas não foram totalmente preenchidas. Esse não preenchimento de vagas pode estar relacionado às bolsas, pois nem todos os estudantes têm acesso a esse benefício (GRAF. 1).

Gráfico 1– Demonstrativo do número de ingressante e concluintes do curso de Mestrado em Produção Animal (2014 a 2018).



Fonte: adaptado de REITORIA/DRCA/ADM/DRCA/REITORIA/UFMG@UFMG.

A região Norte de Minas Gerais foi a que mais teve concluintes no curso, 61% do total. As outras regiões de Minas correspondendo a 30% dos concluintes. Outros estados e exterior tiveram no conjunto 9% dos concluintes.

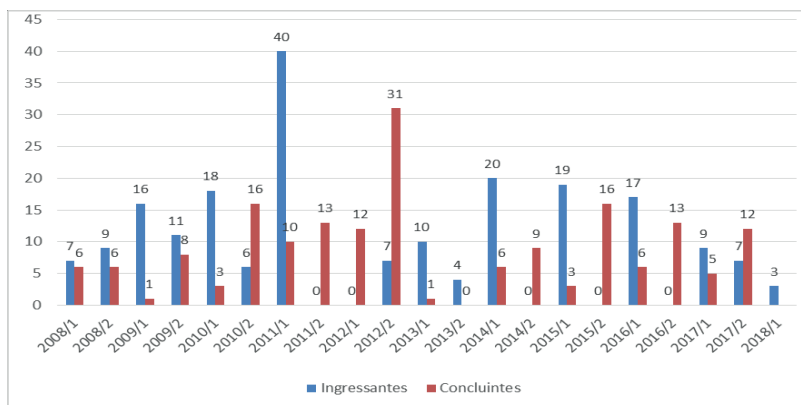
Uma egressa deste curso ressaltava a relevância da multidisciplinaridade; as disciplinas que compõem a grade curricular e, principalmente, a sua atuação no grupo ²NASCer; além de desenvolver ações de pesquisa.

Se considerarmos os alunos que ingressaram (GRAF. 2), e que tiveram tempo hábil para finalizar o curso, período de 2008 ao segundo semestre de 2016, haverá um total de 184 ingressantes. O número de concluintes até aquela data foi de 177 concluintes. Porém,

2 Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado (NASCer), formado em 2002 por estudantes do ICA/UFMG, tem como objetivo estudar e discutir Agroecologia sob o ponto de vista da sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

estudantes que concluíram o curso em 2008, são provenientes de semestres anteriores, de 2006 e 2007; portanto não se contabilizou o número de ingressantes neste período. Estes ingressantes teriam que concluir o curso no primeiro e segundo semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009. Assim, retirando esses concluintes, tem-se 164, no período estudado.

Gráfico 2 – Ingressantes e concluintes do curso de Mestrado em Produção Vegetal do ICA/UFMG (2008 a 2017).

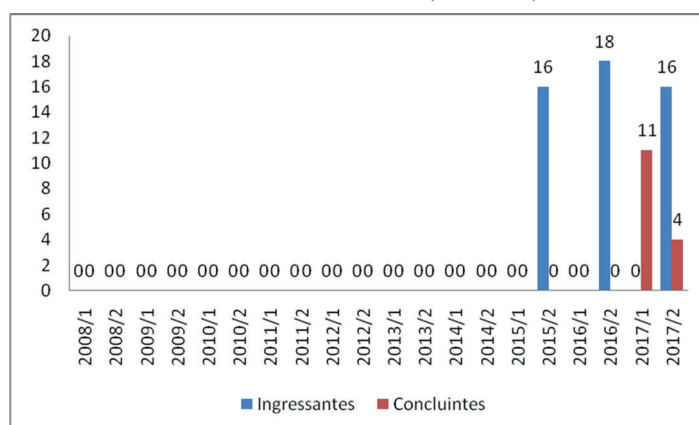


Fonte: adaptado de REITORIA-DRCA/ADM/DRCA/REITORIA/UFMG@UFMG.

Tem-se que 63% dos estudantes concluintes do curso Mestrado em Produção Vegetal são provenientes da região Norte de Minas Gerais. O percentual de 28% representa as outras regiões de Minas que tiveram concluintes e em relação a outros estados e exterior o percentual foi de 9% do total.

O programa de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território teve início em 2015 (GRAF. 3) e foi estruturado para capacitar profissionais para intervir na sociedade, bem como no ambiente regional, articulando com as áreas humanas e sociais. O curso oferece 20 vagas a cada semestre. No período de 2015 a 2017 ingressaram um total de 50 estudantes.

Gráfico 3 – Ingressantes e concluintes do curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território ICA/UFMG (2005 a 2017).

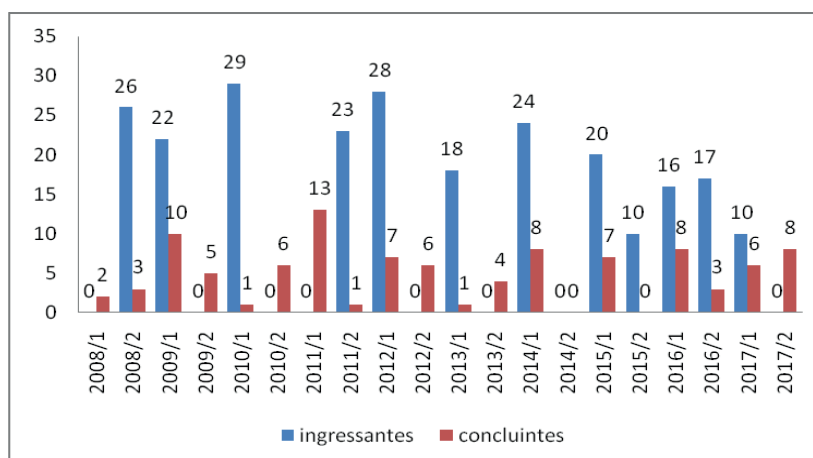


Fonte: adaptado de REITORIA-DRCA/ADM/DRCA/REITORIA/UFMG@UFMG

Desses, 80% dos concluintes são do Norte de Minas Gerais e 20% da região central, principalmente da cidade de Belo Horizonte.

O Curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais tem como objetivo especializar profissionais de diversas áreas afins para o desenvolvimento e a implementação de gestão sustentável dos recursos hídricos e ambientais, além de gerar competências nos recursos humanos locais para o monitoramento, o planejamento e o gerenciamento de recursos hídricos e ambientais da região. Este curso teve início no primeiro semestre de 1996. O número de vagas ofertadas sofreu alterações ao longo dos anos (GRAF. 4).

Gráfico 4 – Ingressantes e concluintes do curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais do ICA/UFMG (2005 a 2017).



Fonte: adaptado de REITORIA-DRCA/ADM/DRCA/REITORIA/UFMG@UFMG

O percentual de 71% dos concluintes do curso de Especialização de Recursos Hídricos e Ambientais são do Norte de Minas Gerais.

Outras regiões de Minas Gerais correspondem a 20% do concluintes (Região Central, Região Noroeste; Região do Vale do Rio Doce e Região do Sul de Minas Gerais).

O percentual de 9% corresponde a outros estados (Bahia, Goiás, Paraná, Sergipe, São Paulo).

O curso de Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Agroindustrialização foi pensado para ampliar o acesso de profissionais e beneficiários graduados, vinculados ou atuantes nas áreas de reforma agrária de Minas Gerais aos estudos teórico-práticos sobre a questão agrária, agroecologia e processos agroindustriais no âmbito de pós-graduação, instrumentalizando-os para atuarem no processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Conclui-se que, do total de 34 discentes que ingressaram no curso, 20 finalizaram. O curso teve um público específico, profissionais e técnicos com envolvimento em questões agrárias, necessariamente na parte de produção; é relevante analisar, ainda, o fator distância das residências dos discentes em relação ao local de oferta do curso.

Nesse curso apenas 25% são do Norte de Minas Gerais. As outras regiões de Minas Gerais correspondem a 35% dos concluintes (Sul de Minas, Central, Centro-oeste, Zona da Mata e Triângulo Mineiro).

40% dos concluintes são provenientes de outros estados (Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo).

Análise da expansão dos cursos de pós-graduação no Instituto de Ciências Agrárias da UFMG

Os relatos do crescimento do quantitativo de programas de pós-graduação no ICA/UFMG em um espaço de oito anos coletados nas entrevistas demonstra que há uma preocupação com a rapidez com que as mudanças ocorreram, principalmente sob o aspecto da qualidade do ensino. Se, de um lado, há um processo de amplo sentido democratizador, por meio do qual parcelas da população historicamente alijadas progridam e tenham acesso a esses cursos, por outro lado faz-se necessário, também, manter a qualidade de ensino para atender de forma correta aos diversos segmentos. Em relação aos segmentos a serem atendidos pelo ICA/UFMG na pós-graduação, a ENTREVISTADA N°1 admite que a universidade deve atender empresas pequenas, grandes empresas, produtores rurais de grande porte ou agricultura familiar. A respondente vê a relevância da inserção social da universidade:

“É um dilema, uma dicotomia que não deve existir. A vocação é para ambos. Não pode ser diferente. [...] Eu tenho que formar o meu aluno, apto a trabalhar em quaisquer dessas circunstâncias. E o Brasil precisa de tudo, gente! Nós não podemos prescindir de agricultura familiar [...] A gente pode trabalhar, parte dos projetos respondendo questões de grandes empresas, de multinacionais que atuam lá. Não vejo nada de errado nisso. (ENTREVISTA N° 1) ”.

Entretanto, verifica-se na fala de alguns docentes entrevistados a tendência do ICA/UFMG em focar suas ações no segmento da agricultura familiar. O ENTREVISTADO N° 4 enfatiza que há uma característica de maior envolvimento com os agricultores(as) familiares. Isso, na visão do ENTREVISTADO, afasta os empresários rurais da academia. Entretanto, ainda há interação com esse segmento, principalmente pela relação individual com a empresa, ou seja, do professor, em particular, que cria uma rede de contatos.

O ENTREVISTADO N° 11 também afirma que há uma atenção maior a temas que envolvem a agricultura familiar e que percebe um distanciamento quando a temática envolve grandes produtores. Como exemplo o ENTREVISTADO cita o trabalho de pesquisa que pretende desenvolver junto à Unipampa, Rio Grande do Sul, e que tem como objetivo estudar o uso de água no plantio do eucalipto. Segundo ele, há muita polêmica em torno do assunto, gerando várias hipóteses em relação ao impacto desse cultivo, e por isso há a necessidade de se realizar um estudo científico, visando investigar para conhecer a veracidade dos fatos. O ENTREVISTADO ressalta, entretanto, a existência de divergências de opiniões entre os pesquisadores, o que, em sua opinião, é normal na academia, porém sem que haja radicalizações:

“[...]isso é uma coisa que me incomoda muito, [...] sobretudo aqui dentro do ICA. [...] tem grupos radicais [...] É que dentro de um ambiente universitário as coisas têm que acontecer. [...] Sem militâncias” (ENTREVISTA Nº 11).

A formação de uma elite intelectual e científica parece estar perdendo forças para uma formação que valoriza o atendimento às demandas de desenvolvimento social, econômico, político e ambiental da sociedade na qual o Instituto se insere. Porém, o que se espera da pós-graduação é que ela atenda a necessidade de formar pessoas que façam o *link* entre a pesquisa acadêmica e a sociedade.

Mesmo tendo claro os limites que as fontes escolhidas contêm para a explicitação do conjunto da produção acadêmica sobre o objeto de estudo, acredita-se que os dados apontados anteriormente sugerem reflexões acerca do envolvimento da pós-graduação com a especificidade da problemática educativa dos sujeitos sociais que habitam os espaços rurais do norte de Minas Gerais.

Informações prestadas pelos docentes, coordenadores dos cursos da pós-graduação e dos estudantes, egressos e parceiros revelam que os formatos e conteúdos dos cursos de pós-graduação visam promover o conhecimento sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção vegetal e animal, numa perspectiva holística, integradora da rentabilidade da atividade econômica, da utilização sustentada dos recursos naturais e dos serviços do ecossistema e da equidade e inclusão social.

Análise dos cursos de graduação - 2008 a 2017

Conforme consta nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação do ICA/UFMG e, tendo em vista a nova reestruturação das suas matrizes curriculares, foram elencados os seguintes cursos ministrados hoje no ICA/UFMG: Agronomia, iniciado em 1999 e reestruturado no ano de 2005; Zootecnia, criado no ano de 2005; Administração, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Alimentos e Engenharia Florestal, implantados no ano de 2009, por meio do Reuni.

Primeiramente, foi realizada uma análise geral de todos os cursos de graduação ofertados pelo ICA/UFMG, em relação ao número de ingressantes e concluintes (TAB. 1) de cada curso com o objetivo de realizar uma análise individual, considerando um tempo de formação de 04 anos, de acordo com os dados fornecidos pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFMG. Além disso, foram entrevistados docentes, discentes e técnico-administrativos para conhecer as percepções dos mesmos sobre o papel dos cursos na promoção do desenvolvimento do Norte de Minas Gerais.

Tabela 1 – Número de ingressantes dos cursos de graduação do ICA/UFMG 2008 – 2017

Nome do curso	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	0	37	40	39	38	39	37	40	37	40
Agronomia	36	37	37	39	38	41	31	39	39	40
Engenharia de Alimentos										
Diurno	0	0	0	0	0	0	31	38	37	38
Engenharia de Alimentos										
Noturno	0	40	40	40	39	38	0	0	0	0
Eng. Agrícola e Ambiental	0	39	40	40	39	38	38	40	39	37
Engenharia Florestal	0	40	38	40	40	42	37	41	39	39
Zootecnia	15	35	38	39	39	39	35	38	38	38
Total de alunos	51	228	233	237	233	237	209	236	229	232

Fonte: adaptado da REITORIA-DRCA/ADM/DRCA/REITORIA/UFMG@UFMG.

Para esses cursos, foram coletados dados no DRCA/UFMG a fim de compreender o número de estudantes concluintes dos citados cursos. O departamento enviou os dados com as informações por semestre e, a partir desses dados, foram construídas tabelas, a fim de demonstrar o número de concluinte por ano. A seguir foi feita uma comparação com o número de vagas ofertadas de ingresso a cada ano. Não foi realizada uma pesquisa com relação aos alunos que se encontram em curso, com pendências de matérias e que ainda podem estar usufruindo do período máximo de permanência no curso.

Pode-se observar que a evasão registrada nos cursos é significativa, uma média de mais de 30%. Cabe ressaltar que tratar a relação ingressante/concluinte de forma linear não é a forma mais correta, essa pesquisadora usou essa abordagem apenas a título ilustrativo, como forma de demonstrar um dos critérios de análise que identificaram um número acentuado em alguns cursos de evasão ou de discrepância entre o número de vagas ofertadas e o número de estudantes que concluem os cursos de graduação. Há inúmeras variáveis possíveis que não estão sendo abordadas nesse estudo: mudanças de curso, abandono de curso, trancamento de matrícula etc. Essa pesquisa evidencia o problema da evasão no ICA/UFMG e a inexistência de estudos sobre esse fenômeno não só no ICA, como na Universidade Federal de Minas Gerais. É preocupante essa situação, que merece a atenção tanto dos gestores do Instituto quanto da Universidade Federal de Minas Gerais, além da atenção dos estudiosos, para a compreensão desse relevante tema, que é a evasão.

Outro aspecto a ser considerado é forma de ingresso desses estudantes que por meio do Sisu, Sistema de Seleção Unificado, acaba por favorecer o ingresso de estudantes de regiões muito distantes, o que propicia a evasão. Estes estudantes desistem do curso ou obtêm transferências para universidades mais próximas de suas origens.

A seguir, foi realizado um estudo em termos percentuais referente a discentes que concluíram os cursos de Graduação, no período de 2008 a 2017, identificando a origem desses alunos do ponto de vista geográfico.

A maior parte dos alunos concluintes do curso de Administração, no período de 2014 a 2017, é do Norte de Minas Gerais, representando um percentual de 79% do total. O percentual de 12% se refere a estudantes provenientes de outras regiões do estado de Minas Gerais e estudantes de outros estados que também concluíram o curso de Administração no Instituto de Ciências Agrárias, representando um percentual de 9%.

No curso de Agronomia a maior parte dos alunos concluintes é de Outras Regiões do estado de Minas Gerais (Zona da Mata, Central, Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha-Mucuri, Triângulo Mineiro, Centro Oeste, Sul de Minas, Noroeste) representando percentual de 50% do total.

Em relação aos estados brasileiros e ao exterior, o ICA/UFMG propiciou a formação de 28 estudantes, representando um percentual de 9%. Dentre os 28 alunos, 03 eram alunos de outros países. Entretanto, a região Norte de Minas Gerais teve grande destaque. Foram 133 estudantes que concluíram o curso de Agronomia do ICA/UFMG, representando um percentual de 41% do total, que é bem expressivo.

Um percentual de 49% dos estudantes concluintes do curso de Zootecnia são provenientes da região Norte de Minas Gerais, num total de 115 estudantes no citado período. As outras regiões do estado de Minas Gerais representam um percentual de 45% do total.

No que se refere aos estudantes concluintes do curso de Engenharia em alimentos, 71% são provenientes da região Norte de Minas Gerais, ou seja, a maior parte. O percentual de 24% representa as outras regiões de Minas que tiveram concluintes nesse período. Os outros estados que tiveram estudantes concluintes representaram um percentual de 5%.

A região Norte de Minas Gerais foi a que mais se destacou em relação a estudantes concluintes do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, representando 75% do total. É um valor bastante significativo. As outras regiões do estado de Minas Gerais corresponderam a 15%, com destaque para a região Central.

No curso de Engenharia Florestal a região Norte de Minas Gerais foram 66 concluintes, representando 49% do total. As outras regiões de Minas somaram 64 concluintes, perfazendo um total de 47% dos concluintes e em relação aos outros estados, 4% do total.

Análise das entrevistas com discentes e servidores sobre a graduação

A importância do ensino de graduação na região norte de Minas também pode ser constada nos depoimentos dos coordenadores dos cursos e nas percepções da pesquisa de campo. As informações apontam não só o papel do ICA na formação do capital

humano, como também as mudanças sociais associadas ao trabalho desenvolvido no Instituto. A ENTREVISTADA Nº 2 ressalta um projeto de grande importância, que é o de produção de bebida láctea para combater a subnutrição infantil:

“[...] Eu já agendei reuniões com a Vigilância Sanitária de Montes Claros, para firmar uma parceria com a empresa. Seria um órgão público, que trabalha em prol da sociedade. A gente quer ver se nós conseguimos fazer programas e oficinas, aqui no instituto. Para incentivar e ensinar boas práticas de fabricação no evento, que é um interesse da vigilância sanitária. E é um interesse nosso, porque nossos alunos estão capacitados para isso. [...] No curso de Engenharia de Alimentos nós temos o professor Igor Viana Brande, que [...] tem o projeto de extensão, muito grande, que é a produção de uma bebida láctea contra a subnutrição infantil. [...] Ele tinha falado comigo que se a bebida conseguisse trazer resultados positivos, ele tentaria transformar essa bebida em um pó, que é muito mais prático. E é uma parceria que ele tem com a Prefeitura e com a Secretaria de Saúde. É um grande projeto que a gente tem aqui no Instituto” (ENTREVISTA Nº 2).

A fala da ENTREVISTADA demonstra uma extensão universitária acadêmica, com articulação interna e externa à universidade. Interna, pois se insere na proposta de ensino, relacionando-a a pesquisa. Externa na interação com agentes sociais que são atores de relevância para o projeto de extensão. Dessa forma, a extensão é concebida como um processo educativo, relacionando os saberes locais na geração de um conhecimento que favorece o contexto social local.

Sobre os egressos, a ENTREVISTADA admite não ter informação, mas acredita na competência dos estudantes que estão ingressando no Norte de Minas Gerais.

“Tem uma dificuldade, ainda, de saber onde que estão indo esses alunos que estão sendo formados pelo instituto. Porque, de uma forma ou de outra, esses alunos estarão ingressando no norte de Minas, eles vão fazer uma diferença. É o produto da universidade” (ENTREVISTA Nº 2).

Parece que a questão dos egressos é uma relevante lacuna das universidades no Brasil. Com relação à formação do estudante para o mercado de trabalho ou para a academia, a ENTREVISTADA manifestou a seguinte opinião:

“Eu tenho muitos bons alunos de graduação, que fizeram e estão fazendo iniciação científica e que, normalmente, acaba levando-os para o lado acadêmico. [...] A última turma, por exemplo, que formou em julho do ano passado, praticamente as 10 meninas que formaram (que a maioria é menina), elas todas praticamente ingressaram em pós-graduação na UFVJM. [...] Conversando com meus alunos sobre isso, [...] a Mirian, que é aluna minha [...] queria indústria, ficou dois meses na Nestlé e pediu para sair. E agora, ela foi pra Viçosa, tentou o processo seletivo e está lá [...] Então, assim, eu não pressiono não, sabe? Nós temos bons alunos aqui no Instituto. E eu sei que se eles forem para a indústria ou se continuarem a seguir a vida acadêmica, onde estiverem eu sei

que eles vão ser competentes” (ENTREVISTA Nº 2).

Em relação à formação desses estudantes para a academia, mestres e doutores, a ENTREVISTADA admite a dificuldade de absorvê-los no mercado acadêmico: “[...] Mas já está sobrando doutor querendo entrar em instituições. Já não está conseguindo, dependendo da área” (ENTREVISTA Nº 2). Ela acrescenta que há uma preocupação em voltar o aluno para a indústria. Nesse sentido ela enfatiza o trabalho de um professor na área de empreendedorismo:

“A gente tem um professor muito bacana na área de empreendedorismo. [...] É aqui da UFMG. [...] trabalhou muitos anos em indústria. [...] tem essa visão de parcerias com indústrias. Desenvolve um produto para a indústria, forma o produto” (ENTREVISTA Nº 2).

Embora a ENTREVISTADA demonstre ter uma preocupação em ingressar o estudante em empresas, parece haver uma tendência desses alunos de darem continuidade à carreira acadêmica.

Em relação ao estudo de demandas do curso para a região, os entrevistados relatam que os cursos foram criados com base em estudos realizados por comissão formada para tratar do assunto.

O ENTREVISTADO Nº4, coordenador do Curso de graduação, foi indagado sobre qual seria a sua opinião em relação à contribuição do curso para o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, tendo em vista que uma das funções clássicas da universidade é o ensino. O ENTREVISTADO nº 4 comentou, inicialmente, sobre a sua trajetória no Instituto de Ciências Agrárias da UFMG. A seguir, relatou sobre a contribuição do curso para esse desenvolvimento, ressaltando a inserção de alguns alunos no mercado de trabalho local:

“Na área do ensino, eu vejo que a gente tem conseguido contribuir com a capacitação de alunos, que são na sua maioria provenientes da região norte mineira. A engenharia agrícola e ambiental trabalha em duas faces. Ela trabalha a questão da engenharia voltada para o campo, a parte de recursos hídricos, a minha área em específico, e reconstruir irrigação, energia, construções rurais, automação... É a parte ambiental, é o que está na moda né? Que é basicamente você tentar produzir, minimizando esses efeitos. A gente tenta conseguir só alunos que tendem a ficar aqui inclusive, né, pra poder melhorar a capacitação regional. Um exemplo clássico agora foi, na primeira etapa do concurso do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, né. Dos 11 alunos classificados na primeira etapa, que foi prova escrita, sete são provenientes daqui. Dos cinco primeiros, quatro são ex- alunos. Então, eu entendo que isso já reflete que a gente tem conseguido ajudar as pessoas da região a estarem capacitadas e bem capacitadas, né, já que a concorrência é nacional” (ENTREVISTA Nº 4).

Sobre a evasão dos alunos, o ENTREVISTADO N°4 afirma que não tem acesso a esse número, mas informa a quantidade dos que entram e dos que formam buscando pela memória. Segundo o docente:

“Por ano formam... no máximo 20. [...] A primeira turma foi a melhor turma que teve. Era tudo daqui. [...] Então, eu pego os meninos no início e vou até o final [...]. Não, entra 40, né?!” (ENTREVISTA N°4).

Um dos grandes problemas enfrentados pelas Universidades é a prevenção à evasão dos estudantes, bem como o acompanhamento dos egressos. A evasão e a situação atual dos egressos do ICA/UFMG parecem constituir relevantes lacunas do conhecimento.

Em relação à universidade ter uma “fama” de formar estudantes para a academia e não muito para o mercado, o ENTREVISTADO manifestou que ele não vê dessa forma. Além disso, complementa dizendo sobre a sua relação com as empresas, principalmente para conseguir estágios para os alunos:

“Não, porque particularmente [...], e eu estou na universidade já tem algum tempo... na UFMG [...]. Eu trabalhei no mercado privado e mexo com fazenda também. Eu tenho um negócio, que é um negócio de final de semana, vamos dizer assim. [...] Porque eu gosto, eu vim dessa geração, entendeu? [...] quando o aluno abre um pouco o espaço, eu dou espaço para ele fazer isso. O que acontece? A hora que ele está num certo nível, eu já vou e consigo estágio. Na minha turma, inclusive, eu faço isso, os dois melhores alunos, eu já tenho dois estágios, articulados com duas empresas aqui muito boas, as melhores que eu conheço. É claro que a nota pesa, mas eu olho como um todo e indico para o estágio. Aí é a decisão deles, avaliar se eles querem aquilo ou se é outra coisa” (ENTREVISTA N° 4).

Para os entrevistados há liberdade e interação entre ensino, pesquisa, e extensão, que a Universidade propicia, principalmente quando alcança avanços científicos e tecnológicos, corroborando o estudo de Silva (2012). Esse autor destaca que a autonomia didático-científica da universidade favorece a sua relação com as demandas do território, permitindo a liberdade do fazer científico em prol do desenvolvimento. Corrobora, ainda, Rolim e Serra (2009), que ressaltam a importância da universidade no desenvolvimento regional, sendo a inovação e o desenvolvimento das regiões, foco da atenção do mundo contemporâneo. Tais autores enfatizam as especificidades regionais e acreditam na importância do aprendizado local, não só pela possibilidade da inovação, como também favorece a troca de saberes (Rolim; Serra, 2009).

Alguns entrevistados evidenciam a dificuldade de comunicação interna, para uma integração multidisciplinar, principalmente entre áreas afins ou complementares. Assim, sobre os trabalhos que são produzidos internamente, o ENTREVISTADO N° 4, por exemplo, enfatiza a falta de comunicação interna, que poderia contribuir muito para a melhoria do ensino,

da pesquisa e da extensão. Além disso, este ENTREVISTADO ressalta a necessidade de fomentar aquilo que ele denomina “*infiltração*” (entrada) de outros segmentos no Instituto, principalmente grandes empresas, que poderão gerar empregos para os alunos.

Entre os egressos entrevistados, quando questionados sobre sua relação com o ICA/UFMG, estes enfatizam que além de estudantes, há oportunidades de participarem, como bolsistas, de projetos de extensão, que contribuem para a formação profissional e pessoal. Enfatizam, ainda, a contribuição do instituto na perspectiva de buscar entender a realidade que os cerca. Uma egressa afirma que “[...] *me ajudou a enxergar a vida como ela de fato é, as verdades*” (ENTREVISTA Nº 6).

Um dos egressos entrevistados fez uma comparação do ensino do ICA/UFMG com outras instituições. A ENTREVISTADA relata que estudou um período na Unimontes e também no IFNMG. Na sua avaliação, são instituições muito boas, também. Porém, em sua opinião, essas instituições, assim como a UFMG, têm formado profissionais mais acadêmicos, capazes de produzir um bom artigo, porém não são profissionais para o mercado. Nesse sentido, comparando as três instituições, a ENTREVISTADA acredita que o ensino desenvolvido nas mesmas é mais voltado para a academia do que para o mercado de trabalho. Esta mesma ENTREVISTADA acredita que em relação ao ensino, a contribuição do Instituto de Ciências Agrárias ao desenvolvimento do Norte de Minas Gerais é muito positiva, ainda que fosse somente pelo fato de trazer uma oportunidade para jovens e adultos de ter acesso ao ensino superior.

Outro ponto positivo ressaltado pelos egressos entrevistados foi a multidisciplinaridade, as disciplinas que compõem a grade curricular e, principalmente, a possibilidade de atuação nos grupos de pesquisa. Uma das ENTREVISTADAS cita sua participação no Grupo de agroecologia NASCer. Esse grupo, de acordo com a ENTREVISTADA, promovia a prática de várias ações no campo da agroecologia. Como sugestão para que o Instituto de Ciências Agrárias melhore na promoção do desenvolvimento regional e na formação humana, a ENTREVISTADA sugere a implantação de mais ações voltadas para os segmentos sociais, principalmente de Montes Claros e cita como exemplo: trabalhos nos bairros, periferias, grupos de mulheres, juventude. De acordo com essa ENTREVISTADA “*o ICA tem potencial para ser um sujeito de transformação da vida da população de Montes Claros*” (ENTREVISTA Nº 6).

Para a ENTREVISTADA Nº 7 formar-se no ICA/UFMG teve papel determinante em sua vida tanto pessoal, quanto profissional. Ela relata que a sua opção inicial em fazer o curso no ICA/UFMG foi marcada por um momento em que ainda não tinha muita experiência sobre o mercado de trabalho e ser muito jovem. A ENTREVISTADA cita dois fatores que a motivaram na decisão:

“1- O curso está localizado em um campus de extensão, fora do Campus da UFMG em BH; 2- A ideia de me aproximar do meio rural e assim estabelecer maior conexão com os recursos naturais e meio ambiente” (ENTREVISTA Nº 7).

A ENTREVISTADA relata como eram, naquela época, as condições do campus Montes Claros, em 2003. Naquele ano, ainda era Núcleo de Ciências Agrárias e a população conhecia mais o Núcleo como “Colégio Agrícola” do que como uma unidade da UFMG. A ENTREVISTADA em sua opinião que mais chamou a sua atenção foi:

“[...] ter um Campus de extensão na periferia da cidade (...), possibilitou que a região esquecida no mapa de Montes Claros ganhasse projeção. Recordo que o bairro JK, na época, tinha apenas uma padaria, duas igrejas (católica e protestante), uma mercearia, um ponto de moto táxi e bares. Dentre eles, o mais frequentado pelos trabalhadores locais e estudantes era o Bar do Vicente. Os moradores do bairro acolhiam bem os estudantes, no entanto estranhavam os hábitos e a cultura “libertária” própria de jovens urbanos que se veem longe de suas famílias” (ENTREVISTA Nº 7).

Essa fala da ENTREVISTADA demonstra como o território começou a se transformar com a presença da universidade naquela região. E, ainda, começam a surgir demandas, dadas as necessidades locais, como transporte, alimentação, limpeza (coleta de lixo), que implica na atuação do poder público municipal. Na opinião da ENTREVISTADA, não havia essa interação, e ela enfatiza, também, o descaso que o poder público municipal tinha em relação ao fornecimento de água, pois a falta de água era uma constante.

No geral os egressos entrevistados enfatizaram que ter um campus universitário de Ciências Agrárias na cidade de Montes Claros possibilitou mais oportunidades para as pessoas da região ter acesso ao ensino superior. Para eles, essa situação favoreceu, também um processo de trocas, estudantes oriundos da capital mineira com a população local. Dessa forma, foram surgindo demandas para melhorias na qualidade de vida não só dos estudantes, mas também dos moradores, principalmente em relação à infraestrutura local.

A ENTREVISTADA Nº 7 conta com entusiasmo como compartilhou a fase de expansão do Campus, a realidade pela qual a universidade estava passando e que ainda não estava preparada: as contradições, o que era o Norte de Minas, a sua cultura, as suas peculiaridades. A ENTREVISTADA relata as características da região marcada pelos latifundiários, pelas grilagens de terra, pelas grandes plantações de eucalipto, pela exploração sexual e do trabalho jovem e que, a partir daquela época, passava a ter uma universidade federal que parecia não interagir com esse meio.

Nesse sentido, a ENTREVISTADA relata que conheceu o Grupo NASCer (Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado). Ela considera que a sua participação nesse grupo foi decisiva para conhecer seu papel enquanto estudante frente a um cenário tão complexo e

cheio de contradições. Em sua opinião, a universidade é um processo de construção que ainda está em disputa.

Hoje, como profissional, a ENTREVISTADA, considera-se comprometida com as questões sociais e a sua formação universitária permitiu essa visão e, ressaltando sobre o processo de construção que a universidade ainda continua passando, a ENTREVISTADA sugere que:

“[...] os colegiados dos cursos em especial de agrárias, [...] promovam espaços de debates com o objetivo de discutir a função social e econômica da universidade no contexto nacional e regional” (ENTREVISTA Nº 7).

O ENTREVISTADO Nº 14 ressalta o tamanho da região e a necessidade de formar profissionais que se adequem às demandas do mercado de trabalho. Para ele, os recursos que vêm para a universidade, são de impostos arrecadados de todos os segmentos o que justifica seu alcance:

“Do produtor rico, do latifundiário, de todo mundo. Seria até interessante se tivesse alguma dissertação no futuro dos eventos que o ICA fez até hoje, qual é o foco? Os professores que eu converso aqui da zootecnia, a maioria pensa no pequeno, pensa no indígena, pensa na associação, pequenos produtores de leite, daquela agricultura familiar, daquela pecuária familiar.[...] A universidade tem que formar bem seus profissionais e formar conhecimento. Então, assim, pelos 13 anos que eu estou aqui, a gente vivencia quase próximo de 100% pensando só no pequeno. Não é um erro. Mas a gente não pode abrir mão do grande, pois é ele que vai dar emprego para o zootecnista, o agrônomo, o engenheiro florestal. [...] O agronegócio é tanto a renda dos pequenos e do grande também. A sociedade é composta do pequeno, do médio e do grande produtor familiar e do empresário. Ela é composta de tudo” (ENTREVISTA Nº 14).

CONCLUSÃO

Na busca em conhecer o papel do ICA, a partir dos relatos dos professores, coordenadores, técnicos administrativos, estudantes, egressos e parceiros foi possível delinear algumas dimensões multifacetadas associadas à aprendizagens dos alunos e às condições genéricas do ensino/aprendizagem, nomeadamente a abertura à expansão dos cursos no ICA, quer no nível de graduação, quer no nível de pós-graduação e a contínua busca pela promoção da excelência nas atividades acadêmicas. As percepções nos orientam que as matrizes curriculares apresentadas através dos projetos políticos pedagógicos de cada curso têm permitido mudanças profundas no âmbito no aprendizado. A incorporação de novas abordagens no conteúdo programático tem, de certa forma, atendido a realidade do contexto regional de Minas Gerais.

As afirmações dos entrevistados e as análises dos cursos de graduação e pós-graduação nos induzem a várias reflexões. Ou seja, não se pode negar nem minimizar o valor social e educacional do ICA em toda a trajetória histórica, ainda que as durante todo o processo tenha havido dificuldades estruturais e acadêmicas para o alcance da sua missão. É unânime nos inquéritos que o conhecimento adquirido pelos profissionais formados no ICA tem possibilitado a irradiação no tecido social da região norte de Minas.

Com a evolução do ensino, o ICA passou a ser angariador, formador e retentor de estudantes da região, gerando diplomados com altas qualificações e com conhecimento científico e técnico para transferir e socializar na região. Diante dessas ponderações, parecem razoável e consensual entre docentes, estudantes, técnicos administrativos, gestores públicos e administradores educacionais que as universidades assumem um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, cultural e social de uma região.

Portanto, a retenção dos diplomados nas suas regiões de origem constitui um dos principais mecanismos que permite à região conservar elementos dotados de sentido de inovação, espírito empreendedor e gerencial nas suas áreas de formação. Manter os profissionais formados pelo ICA nos seus lugares de origem reflete a interação de fatores como: a capacidade do ICA oferecer estudos e formação que tenham em conta as necessidades da economia regional, a solidez, a diversidade e a importância da base econômica regional, a origem dos estudantes, o tipo de estabelecimento de ensino frequentado e o contexto socioeconômico dos estudantes. Daí a missão da UFMG na região norte mineira.

Há também uma preocupação muito forte em relação à Assistência Estudantil como forma de proporcionar ao estudante a sua permanência na universidade. Conforme consta no relatório de Prestação de Contas da Fundação Universitária Mendes Pimentel, (2017, p.16):

“A UFMG compreende a assistência estudantil como uma política social orientada pela redução das desigualdades educacionais. Seu pressuposto fundamental é que o direito à educação pública e de qualidade só se realiza com a garantia do acesso e da permanência nas instituições de ensino”.

Percebe-se que a universidade, pautada nas políticas de assistência estudantil, aborda o tema como mais que um assistencialismo. Nesse sentido há uma preocupação com o direito social e a própria cidadania.

Com a expansão houve um aumento no número de alunos e muitos vieram de outros municípios e outras regiões e, na maioria das vezes, sem condições financeiras necessárias. Desta forma, são oferecidos aos discentes alguns benefícios a fim de viabilizar a sua permanência na Universidade como uma política de inserção social que possibilite a permanência de estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis e de diferentes trajetórias educacionais na universidade.

Para garantir aos estudantes o direito às condições necessárias à sua vida acadêmica, a UFMG pratica uma política de assistência estudantil elaborada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) e executada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump).

Essa assistência é proveniente tanto de recursos da própria Universidade, quanto com o financiamento anual do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) do Governo Federal. Essa política é integrada por um conjunto de ações que incluem o acesso aos restaurantes universitários, às moradias estudantis, ao transporte, à aquisição de material escolar, à assistência à saúde, ao enriquecimento cultural, à expansão da formação acadêmica, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo verificar se o ensino do ICA/UFMG tem contribuído como fator de desenvolvimento regional do Norte de Minas Gerais.

O contributo vital do ensino para o desenvolvimento regional, a partir dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação privilegia a formação humana fundamentada para o contexto regional e que de certa forma exige uma base local de recursos humanos fortes. Ou seja, a interface das Políticas de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG, como estratégica da formação humana está intrinsecamente associada a algumas características e aptidões da região na qual está inserido o Campus. Neste sentido, processos educativos, quer no nível de graduação, quer na pós-graduação, podem ser equacionados na promoção do bem-estar social. Ou seja, a dinâmica da formação humana, seja ela na perspectiva individual ou coletiva, representa a mobilização social no âmbito de um processo de transformação socioeconômica regional.

Assim, verificando as ações do instituto em relação ao ensino constatou-se uma formação qualificada dos jovens, como sujeitos críticos e participativos, e que estes, em sua maioria, são oriundos da região Norte de Minas Gerais o que potencializa, em grande medida, o retorno de profissionais já com nível superior para o mercado de trabalho da região ou do seu entorno. As características da região requerem do setor educativo uma superação das dificuldades, a fim de proporcionar efetivo apoio e qualificação do capital intelectual no setor agropecuário e nas suas interrelações.

A pesquisa faz parte do processo de ensino e fortalece as várias áreas de conhecimento que, em consonância com a vocação da região, promove o fortalecimento da produção agropecuária e a reprodução social dos habitantes. É importante afirmar que as condições atuais, consubstanciadas pelo aumento de professores e de laboratórios, são mais configuradas pela demanda social e pela estratégia de um projeto institucional. Outro ponto importante é a ideia de que o ICA procede à naturalização da sua vocação, com informação divulgada

a partir das estratégias e ações de transferência de conhecimento e de tecnologia para a sociedade em geral.

O ICA se envolve em várias frentes mas, especificamente, na produção vegetal e animal e conseqüentemente assume a liderança na sociedade regional, em termos de aperfeiçoamento de técnicas para agricultura familiar e para grandes empreendimentos agropecuários. O setor da agricultura familiar tem sido o público do ICA que mais se envolve e participa nos projetos de pesquisa, envolvendo ensino e extensão. O ambiente vivo, dinâmico e eclético para a construção das práticas educativas e do ideário científico moderno, tem proporcionado o envolvimento do agricultor familiar num clima amistoso. Importa ressaltar que a prática agrícola representa na região a atividade econômica mais importante no norte de Minas Gerais, considerando os aspectos da empregabilidade, ocupação do espaço e a expansão da multifuncionalidade, da produção de bens e da permanência dos valores culturais regionais.

A atuação do ICA em vários campos de interações e da sua relação com diversos municípios da região têm dinamizado transformações qualitativas nos povos que residem na região. O compromisso da interação com as comunidades faz parte de sua proposta de estabelecer um vínculo com a sociedade, obtendo a aproximação universidade-sociedade no auxílio às demandas locais, bem como na construção de um conhecimento envolvendo os saberes locais numa ação ativa e participativa dos sujeitos (docente, discentes, sociedade). Esse reconhecimento dos atores imersos no território e a aproximação com os mesmos torna-se uma estratégia que potencializa as vocações locais, bem como reafirma a universidade no seu papel de atender aos anseios da sociedade.

Esse potencial estratégico do Instituto se coloca no aprendizado de seus discentes e também docentes que atuam na realidade social, o que estimula a criatividade e a consciência crítica, ao mesmo tempo em que é produzido o conhecimento. Segundo as entrevistas realizadas com alguns atores sociais, a sociedade avalia a contribuição do Instituto por esse envolvimento com os saberes locais, bem como no aprimoramento de técnicas e procedimentos que trazem melhorias no fazeres locais.

Não se pode negar a importância da participação que o ICA teve e tem na modernização do setor agropecuário brasileiro, porém, não se pode, também, deixar de mencionar a sua ausência na participação e no envolvimento em várias comunidades rurais. Por permanecerem praticamente à margem da realidade rural, principalmente das populações mais marginalizadas, sua participação nas ações voltadas para a aplicação dos resultados de suas atividades de extensão sobre essa realidade e sobre o potencial produtivo dos recursos existentes não foram expressivas no passado. Tal situação pode ser explicada nas deficiências do passado recente, na formação de seus profissionais, os quais, muitas vezes,

não tinham condições de contribuir na análise e na formulação de políticas, na execução de atividades destinadas aos pequenos agricultores e suas comunidades, ou na melhoria do desempenho dos organismos de apoio ao desenvolvimento rural sustentável. Importa ressaltar que tal situação atualmente foi modificada.

De uma forma geral, o ICA, como um dos agentes da construção do conhecimento, via ensino instituído e ensino construído, e do suporte e promoção ao fluxo do conhecimento, também lhe é atribuída a missão de se orientar para melhor corresponder às demandas da sociedade em geral.

Em suma, o papel que o ICA desempenha no desenvolvimento regional do Norte de Minas sugere ser realizado de diferentes formas. Este estudo destaca, particularmente, as facetas desse papel mais voltadas para a configuração do capital humano, da produção de conhecimento e a emergência de diferentes formas de conexões através de tecnologias sociais. Ressalta-se que as facetas estão fortemente relacionadas com as especificidades do contexto regional, demonstrando que a interiorização atendeu a uma demanda local, conforme a necessidade regional e não a uma demanda global.

■ REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, Ricardo. (2000), "O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural". *Revista Economia Aplicada*, 4, 2: 379-397.
2. BABBIE, Earl. (1999), *Métodos de Pesquisas de Survey*. Tradução Guilherme Cezarino, 2ª. Reimpressão, Belo Horizonte, Editora UFMG.
3. BEHRENS, Marilda Aparecida. (1999a), "O paradigma emergente e a prática pedagógica". *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, 80, 196: 383-403.
4. BEHRENS, M. A.; JOSÉ, Eliane Mara Age. (2001b), "Aprendizagem por projetos e os contratos didáticos". *Revista Diálogo Educacional*, 2, 3: 77-96.
5. BRASIL. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal. Senado Federal: Centro Gráfico,
6. BARDIN, Laurence. (1974), *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70, Lda.
7. BOTOMÉ, Silvio Paulo. (1996), *Pesquisa alienada e ensino alienante: um equívoco da extensão universitária*. 1ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.
8. CASTELLS, Manuel; HALL, Peter. (1994), *Technopoles of the world: the making of twenty-first-century industrial complexes*. London, Routledge.
9. CAVALCANTI, Clóvis. (2012), "Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza", in P. LÉNA e E. L. do NASCIMENTO (Orgs.) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro, Garamond, p.185-200.

10. CHAUI, Marilena. (2000), “Estado de Natureza, contrato social, Estado Civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau”, in *Convite à Filosofia*. São Paulo, Editora. Ática, p. 220-223.
11. DURHAM, Eunice Ribeiro. (2005), “A autonomia universitária – extensão e limites”. *Documento de trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo*, p. 1-48.
12. FAGUNDES, José. (1986), *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo.
13. FURTADO, Celso. (1992), “O subdesenvolvimento revisitado”. *Revista Economia e Sociedade*, 1, 1:5-19.
14. GARRIDO, Hilário. (2011), “O Estado e a Administração Pública”. *Jornal Telanon*, 28 set. Disponível em <https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2011/10/28/8834/o-estado-e-a-administracao-publica/>, consultado em 14/06/2018,
15. GIL, Antônio Carlos. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição, São Paulo, Atlas.
16. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (2012) “The trajectory of sustainability: From environmental to social, from social to economic”. *Revista Estudos Avançados*, 26,74:51-64.
17. OLIVEIRA, Roberto Guena de. (2005), “Análise de custo-benefício”, in P. Arvate e C. Biderman (eds) *Economia do Poder Público do Brasil*. São Paulo, Elsevier Editora Ltda: 321-338
18. ORTEGA, Antônio César. (2008), *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. 1ª edição, Campinas, Alínea.
19. ROLIM, Cassio; SERRA, Maurício. (2009), “Ensino superior e desenvolvimento regional”. *Revista de Economia*, 35, 3: 87-102.
20. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. (2012), “Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica”. *Revista Estudos Avançados*, 26,74: 65-92.
21. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (1987), “Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação”. São Paulo, Atlas.
22. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. (2013), “*Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 – 2017*”, p. 1-190. Disponível em: https://www.ufmg.br/dai/textos/PDI_UFMG%202013_2017.pd, consultado em 06/06/2017.